



Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior

ISSN: 1414-4077

revistaavaliacao@uniso.br

Universidade de Sorocaba
Brasil

Morosini Polidori, Marlis; Grosso da Fonseca, Denise; Tarter Larrosa, Sara Fernanda
Avaliação Institucional Participativa
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 12, núm. 2, 2007, pp. 333-348
Universidade de Sorocaba
Sorocaba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219114877008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Avaliação Institucional Participativa

MARLIS MOROSINI POLIDORI¹
DENISE GROSSO DA FONSECA²
SARA FERNANDA TARTER LARROSA³

Recebido em: 22/05/2007

Avaliado em: 25/05/07

Resumo: O processo de avaliação institucional caracteriza-se como uma nova dinâmica que está sendo implantada no cotidiano das IES no país. A partir da aprovação da Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as IES iniciaram um processo de avaliação com o objetivo de atender ao SINAES, mas, também, de utilizar estes mecanismos para se auto-conhecerem e se auto-gerirem. Inserido neste processo, encontra-se um item determinante que é a participação dos membros que compõem a Instituição. Tendo em vista que os processos avaliativos, na maioria das IES, tiveram seu início devido à exigência da referida Lei, questiona-se a participação da comunidade acadêmica em relação à existência de democracia no processo de avaliação institucional da IES. Esta pesquisa busca analisar esta participação no processo de avaliação institucional da IES, no ano de 2005 especificamente, em relação à consulta on line realizada na Instituição.

Palavras-chave: Avaliação Institucional Participativa; consulta on line; Participação, Democracia.

Participative Institutional Evaluation

Abstract: The institutional evaluation process is characterized as a new dynamics that is being introduced in the everyday life of the Higher Education Institutions (IES) in the country. Since the approval of the 10.861/2004 Law, which instituted the National Higher Education Evaluation System (SINAES), the IES started a process of evaluation with the purpose of not only complying with SINAES but also of using these mechanisms for self-knowledge and self-management. A determining item is inserted in this process: the participation of the members that constitute the Institution. Considering that the evaluative processes, in the majority of the IES, had their starting point due to the requirement of the above mentioned Law, the participation of the academic community is questioned in relation to the existence of democracy in the institutional evaluation process of the IES. This investigation aims at analyzing this participation in the institutional evaluation process of the IES, specifically in 2005, in relation to the on-line consultation conducted in the institution.

Key-words: Participative Institutional Evaluation; on-line consultation; Participation, Democracy.

¹ Profa. do Centro Universitário Metodista IPA, Dr. em Educação pela Universidade do Porto, Portugal.

² Profa. do Centro Universitário Metodista IPA, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre.

³ Bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Metodista IPA.

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: BREVE HISTÓRICO

Os processos de avaliação institucional já podem ser considerados parte da história no contexto da educação superior. No entanto, é importante reconhecer que esta dinâmica é recente principalmente, em se tratando de Brasil, quando se verifica que foi a partir da década de 1990 que este processo teve o seu impulso.

Foi em meados desta década a implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que teve a sua base conceitual elaborada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e sancionado pelo governo da época, mais especificamente pelo Ministério da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1994)

Este Programa era de cunho voluntário e a adesão foi ocorrendo num ritmo lento e aleatório. Mais tarde, em 1996, o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, com base no Decreto Nº 2026 de 10/10/1996 que responsabilizava o Ministério da Educação como o órgão que deveria avaliar o ensino superior, lançou o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão. Este Exame era obrigatório para todos os alunos formandos dos cursos escolhidos pelo Ministério que começou, no ano de 1996, com três cursos e acabou no ano de 2003, com 26 cursos⁴.

Neste contexto, o PAIUB passou a integrar a componente da avaliação interna que cada instituição poderia desenvolver de acordo com seus interesses e a componente externa era coordenada pelo Ministério da Educação com a aplicação anual do Provão e ainda, com o desenvolvimento do processo de Avaliação das Condições de Oferta criado em 1997 e que mais tarde, em 2002, passou a ser chamada de Avaliação das Condições de Ensino. Este processo tinha como objetivo verificar as condições que as instituições de ensino superior do país ofereciam para desenvolverem os seus cursos. A avaliação final era caracterizada pelo reconhecimento ou pela renovação de reconhecimento do curso, quando fosse o caso⁵.

⁴ Em 1996: Administração, Direto e Engenharia Civil. Foram acrescentados os seguintes cursos nos anos subsequentes: 1997 – Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia; 1998 – Comunicação Social, Engenharia Elétrica, Letras e Matemática; 1999 – Medicina, Engenharia Mecânica e Economia; 2000 – Agronomia, Biologia, Física, Psicologia e Química; 2001 – Pedagogia e Farmácia; 2002 – Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Enfermagem e História; 2003 – Fonoaudiologia e Geografia.

⁵ A Lei de Diretrizes e Bases (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1996) estipulou que os cursos

Importante resgatar que, embora, o PAIUB tenha integrado a componente interna de um suposto sistema de avaliação do ensino superior, esta foi uma ação política apenas para não extingui-lo, mas o Ministério não tinha nenhuma intenção de fortalecê-lo (POLIDORI, 2000).

No final de 2003, o quadro de avaliação do ensino superior do país configurava-se com as seguintes ações avaliativas: Exame Nacional de Cursos (Provão), realizado pelo INEP⁶; Avaliações das Condições de Ensino (ACE) para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos, realizada pelo INEP; Avaliações das Condições de Ensino (ACE) para fins de autorização de cursos, realizada pela SESu⁷; e Avaliação para credenciamento de instituições de ensino superior (IES) novas ou recredenciamento de IES na ativa, realizada pela SESu e; Avaliação dos Cursos de Pós-graduação (mestrado e doutorado) realizada pela CAPES⁸.

Era então, realizada uma avaliação externa desenvolvida e imposta pelo governo federal, com base na necessidade de controlar a qualidade do ensino superior oferecido e outra interna, que ficava na dependência da decisão de cada instituição se desejava ou não realizá-la, não sendo uma exigência do Ministério da Educação. Neste sentido, Dias Sobrinho (2000) afirma que a política de avaliação conduzida pelo MEC era fortemente marcada pela idéia de fiscalização e punição devido a expansão desordenada de novas IES privadas, oferta de ensino de baixa qualidade e ainda pior, com uma grande centralidade no lucro.

No ano de 2004, foi instalado, através da Lei 10.861 de 15 de abril, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituído por três grandes pilares: a Avaliação Institucional composta pela auto-avaliação e avaliação externa; a Avaliação da Graduação e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes da Educação Superior (ENADE). Pela primeira vez foi instituído um sistema, ou seja, não foram ações avaliativas soltas e sem interligações mas sim, um sistema que tem como objetivo “olhar” o todo através das suas partes.

Dias Sobrinho (2000) costuma dizer que é necessário trabalhar com os nexos entre uma dada realidade e seu contexto procurando a

deveriam ser avaliados com uma periodicidade de três a cinco anos.

⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação.

⁷ Secretaria de Ensino Superior /Ministério da Educação.

⁸ Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação.

articulação entre um contexto e os horizontes mais amplos. Este mesmo autor evidencia o que Morin e Kern (1993) trazem em relação a esta análise do todo e das partes. Eles dizem que o global torna-se abstrato quando este global não é mais do que um todo que vem separado das suas partes. Neste âmbito, é real a fragmentação que existe atualmente em muitos conjuntos e principalmente, numa instituição de ensino superior no entanto, é necessário buscar construir os nexos possíveis.

Ainda, sabe-se que esta dificuldade em trabalhar com uma análise que compreenda estes elementos está diretamente relacionada à complexidade do tema avaliação, no contexto de instituição de ensino superior e na realidade da educação superior do país. Uma IES, por menor que seja, possui a sua complexidade e a sua diversidade que devem ser respeitadas mas, acima de tudo, devem ser consideradas e enfrentadas para que seja possível desenvolver um processo avaliativo que realmente envolva a todos e que busque compreender o meio.

2. O SINAES E A PARTICIPAÇÃO

Conforme evidenciado acima, O SINAES, além de trazer a proposta de integração inclusive da graduação com a pós-graduação, extensão, pesquisa e gestão, busca o desenvolvimento de vários processos avaliativos, diferenciados em cada IES do país. Há portanto, a valorização e a aceitabilidade da diversidade do ensino superior, fato este existente e sabido mas nunca considerado. Atualmente, há no país Universidades que trabalham com ensino, pesquisa; extensão e pós-graduação; Centros Universitários que trabalham preferencialmente, com ensino de excelência e pesquisa como opção; Institutos Superiores, Faculdades Isoladas e Faculdades Integradas que trabalham somente com o ensino (LEITE, 2003). Ainda, no final de 2004, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) passaram a integrar o sistema federal de educação superior⁹.

Para que este tipo de processo seja desenvolvido com sucesso, há um elemento essencial e inclusive, balizador desta dinâmica que é a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores atuantes e não somente informantes ou meros espectadores.

⁹ Sistema Federal de Ensino Superior é constituído pelas Universidades Federais, Instituições Isoladas, Centro Federais de Educação Tecnológica e Instituições Privadas da Educação Superior.

O grau de envolvimento dos seus atores: docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, de uma certa forma, conduz a dinâmica do processo em questão e o caracteriza como participativo.

De acordo com Demo (2002), no contexto da avaliação qualitativa, existe uma divisão entre qualidade formal e qualidade política. A qualidade formal está relacionada com a utilização de instrumentos e métodos e a política, diz respeito a finalidades e conteúdos. Em relação à qualidade política, Demo enfatiza que há uma pobreza política que concretiza-se pela falta de participação. Demo (2002, p. 12) salienta ainda que., “[...] o centro da questão qualitativa é o fenômeno participativo [...]” sendo esta participação um processo de conquista ao longo do tempo.

Segundo Dias Sobrinho (2003), a comunidade acadêmica constituída pelos docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, deve ter uma participação institucional. O envolvimento deve ser tanto nas discussões sobre a concepção, as finalidades e o desenho da avaliação quanto também, do levantamento, da organização das informações e dos dados, das pesquisas e das interpretações que dão continuidade ao processo avaliativo.

Conforme reforçam Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 240), a abordagem da avaliação centrada nos participantes enfatiza o elemento humano desta e “[...] dirige a atenção do avaliador para as necessidades daqueles para quem a avaliação está sendo feita e enfatiza a importância de um objetivo ambicioso: ver o programa de diferentes pontos de vista.”

Colocando o foco central da avaliação institucional na sua forma global, no sentido de formação, muito mais do que um simples processo informativo e estabelecendo um caráter educativo, é que será possível se obter um processo avaliativo amplo e penetrante no objetivo de buscar evidenciar o que é preciso mudar e o que é preciso fortalecer e ampliar para a obtenção do sucesso relacionado à qualidade da educação superior.

Neste sentido, Dias Sobrinho (1995, p. 61) enfatiza que:

A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir [...] reconhecer as formas e a qualidade das relações na instituição, constituir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades acadêmicas e da sociedade.

Em sendo assim, esta Pesquisa buscou analisar se o processo de avaliação institucional desenvolvido pela instituição no ano de 2005, conseguiu alcançar este nível de envolvimento e de amplitude relacionando-se, principalmente, à participação efetiva dos atores da comunidade acadêmica ou se está servindo apenas para constar de uma dinâmica exigida e promulgada no ambiente da educação superior brasileira.

O objetivo geral da pesquisa constituiu-se na verificação da participação efetiva da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional da educação superior desenvolvido no Centro Universitário Metodista IPA, a partir da proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES buscando conhecer a importância deste processo para a comunidade acadêmica e quais os meios de divulgação que a sensibiliza.

Ainda, buscou-se: identificar o grau de participação dos atores da comunidade acadêmica (docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos) no processo de avaliação institucional desenvolvida pela instituição; identificar as dificuldades manifestadas relacionadas com a não participação no processo avaliativo; identificar quais os meios de divulgação que mais atingiram a comunidade ipaense e; verificar a necessidade de desenvolvimento de ações que sensibilizaram a comunidade acadêmica da importância do desenvolvimento e da participação no processo de avaliação institucional.

3. METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS

Com o objetivo de alcançar os objetivos propostos na pesquisa de verificar o real envolvimento dos diversos atores da instituição sendo estes os docentes, os discentes e os funcionários técnico-administrativos, a pesquisa utilizou-se de vários instrumentos.

O primeiro deles foi os resultados do processo avaliativo intitulado “consulta *on-line*” aplicado no semestre 2005/1. Tendo em vista que o mesmo grupo de pesquisa realizou uma pesquisa no ano anterior intitulada “Avaliação Institucional e as Novas Tecnologias” e que tinha entre seus objetivos verificar a participação, foram desenvolvidas comparações com os resultados obtidos na consulta *on-line* de 2004. Evidencia-se portanto, que a pesquisa previu trabalhar também com as análises da consulta *on-line* aplicada no final do semestre 2005/2 no entanto, estes resultados

não foram disponibilizados a tempo para que pudessem ser analisados em conjunto nesta pesquisa.

Este instrumento buscou coletar informações através de questionários disponibilizados na *intranet* e *internet* para serem respondidos pelos docentes, discentes e técnico-administrativos. Este instrumento ficou à disposição destes usuários durante o período de duas semanas em cada semestre. Durante estes períodos, foi realizado um processo de sensibilização junto à comunidade acadêmica na proposta de informar e conscientizar este público sobre a importância da participação no processo. Este processo enfocou a forma de compreensão que cada usuário teve em relação à importância desta participação buscando sentir-se um membro necessário para o desenvolvimento do processo avaliativo.

Um segundo instrumento utilizado na pesquisa foi a aplicação de questionários à comunidade acadêmica com o objetivo de complementar as informações obtidas através da consulta *on-line*. Este instrumento foi aplicado na proposta de buscar identificar os motivos da baixa participação da comunidade acadêmica na consulta *on-line* que vem se apresentando ao longo do processo avaliativo.

Um terceiro elemento considerado como um instrumento de coleta de dados foi a participação da coordenadora do projeto de pesquisa em reuniões de colegiados. Nestes momentos foi possível levantar informações diretamente de coordenadores de cursos e de docentes quanto ao processo de consulta *on-line*.

4. ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

4.1 Caracterização dos instrumentos utilizados na consulta *on-line* :

O instrumento disponibilizado na forma eletrônica estava dividido em cinco (5) tópicos. No que dizia respeito aos alunos, o instrumento era dividido em avaliação da disciplina, avaliação do professor e após, avaliação da instituição. No final deste instrumento, foi oferecido um espaço onde era possível que os alunos se manifestassem em relação aos pontos fortes e a melhorar existentes na instituição envolvendo toda e qualquer análise que o aluno quisesse realizar. No final, era possível fazer uma auto-avaliação.

No instrumento dos professores a divisão se constituía numa avaliação da disciplina, do curso e da instituição, espaço para os pontos fortes e a melhorar, finalizando com a auto-avaliação. Para os funcionários técni-

co-administrativos, o instrumento configurava-se um pouco diferente quando num primeiro momento, havia questões de identificação dos funcionários, depois uma consulta sobre a sua participação na Instituição e uma avaliação do seu setor de trabalho e da Instituição finalizando também, com uma auto-avaliação.

Quanto à pesquisa em questão, optou-se por utilizar somente as respostas do questionário que permitiam a manifestação em relação aos pontos fortes e a melhorar devido à subjetividade possível de ser ali desenvolvida e a possibilidade de se manifestarem em relação ao processo avaliativo.

4.2 Participação na consulta *on-line*

Os dados apresentados pela pesquisa demonstraram que, em relação à participação dos três segmentos (docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos) do meio acadêmico da Instituição no processo de consulta *on-line*, o resultado foi positivo. De 2004 para 2005/1 houve um aumento de participação de: 215 discentes, 53 docentes e 46 funcionários técnico-administrativos. Na continuidade da aplicação da consulta *on-line*, no semestre de 2005/2, a participação dos docentes demonstrou um aumento de oito (8) professores e entre os funcionários, o aumento foi de 41 servidores. Somente na categoria dos discentes, ocorreu uma baixa de 170 indivíduos.

Em termos de números absolutos, este aumento não se apresentou significativo. Em 2005/2, numa população de 6.122 discentes obteve-se a participação de 325 deles. Na categoria dos docentes, de 253 professores, participaram do processo neste semestre, 118 e, no segmento dos técnico-administrativos, de uma população de 313 funcionários, 134 participaram.

Tabela 1 – Participação da Comunidade Acadêmica na consulta *on line* do Centro Universitário Metodista IPA

Participantes Consulta On-Line	2004	2005/1	2005/2
Discentes	280	495	325
Docentes	57	110	118
Funcionários Administrativos	47	93	134
Total	384	698	577

Tabela 2 – População da Comunidade Acadêmica do Centro Universitário Metodista IPA

Membros da Comunidade Acadêmica	2004	2005/1	2005/2
Discentes	3.476	5.551	6.122
Docentes	176	223	253
Funcionários Administrativos	250	283	313
Total	3.902	6.057	6.688

4.3 Aplicação de questionários

Após a realização da consulta *on line* de 2005/2, foram aplicados 99 questionários para docentes, discentes e técnico-administrativos com o objetivo de realizar um levantamento sobre a participação no processo avaliativo e da elaboração do instrumento que foi utilizado. Nos 99 questionários aplicados, houve a manifestação de 42 indivíduos que participaram da consulta e de 57 que não participaram. Dentre estes 57 não participantes, o maior grupo foi o dos discentes onde, dos 55 aplicados, 50 não haviam participado do processo.

Foi lhes perguntado quais os fatores que mais mobilizaram a participação no processo consultivo. As opções eram: (a) divulgação *on line*; (b) divulgação impressa; (c) participação nos eventos da “Semana da Avaliação”; (d) compreensão da importância da participação; (e) conhecimento do processo interno de avaliação. Destas opções o mais evidenciado foi o item (d) com 23 respostas, seguido do item (a) com 18 respostas, após o item (e) com 16, seguido do item (b) com nove respostas e finalizando com o item (c) com cinco respondentes.

Em relação à avaliação do instrumento utilizado, 26 respondentes acharam Bom, nove, acreditaram estar Muito Bom, 03, Regular e somente um declarou Fraco.

Ainda, a última questão permitia que os respondentes manifestassem sugestões de aperfeiçoamento do instrumento. Em relação aos docentes, estes fizeram as seguintes sugestões: (a) Cuidados ao acesso de professores que não conseguem “enviar” a avaliação; (b) Maior divulgação, ou clareza na divulgação no site; (c) Especificar os itens de avaliação para que se possa ter o item e ser melhorado; (d) Maior detalhamento em

relação à prática docente; (e) Maior amplitude; e (f) Efetivar o retorno dos dados obtidos pelo processo de avaliação.

Os funcionários técnico-administrativos evidenciaram os seguintes comentários:

(a) Participação nas conclusões, avaliações e nos resultados da “Avaliação Institucional”; (b) Mais questões auxiliando na clarificação dos problemas dos setores; (c) Mais divulgação e tempo de preenchimento; e (d) Formulário bem abrangente.

Os discentes trouxeram como principais pontos a serem melhorados, os seguintes: (a) Formatação do site para melhor acesso; (b) Formulário repetitivo e pouco objetivo; e (c) Falta de legendas para indicar o que significa cada letra.

Acrescenta-se ainda, que os alunos-funcionários adicionaram os demais itens: (a) Maior divulgação; (b) Avaliar através de opinião e não com notas; (c) Formulário extenso; e (d) Adicionar o campo do nome e setor não sendo obrigatório.

4.4 Coleta de informações através de participação em reuniões de colegiados

Na impossibilidade de realizar entrevistas com alguns sujeitos que indicavam ser interessante conversar tendo em vista o término antecipado de realização da pesquisa devido a questões institucionais, a pesquisadora coordenadora do projeto participou de várias reuniões de colegiado dos cursos de graduação com o objetivo de desenvolver um processo de sensibilização junto aos professores dos cursos e estes serem replicadores com seus alunos. Nestas reuniões foi possível coletar informações referentes às dificuldades que estavam sendo apresentadas durante a aplicação do processo e em especial, sobre o desenvolvimento do processo de avaliação institucional na sua totalidade. Nestas reuniões foram evidenciados os pontos relacionados ao método considerado o mais bem aceito pela comunidade acadêmica, o processo de sensibilização do processo avaliativo.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução demonstrada em relação à participação na consulta *online*, caracterizou-se pouco intensa na proposta do processo de auto-avaliação da Instituição que propõe envolver o maior número possível dos membros da comunidade acadêmica para que, desta forma, possa-se empreender um processo de auto-conhecimento consistente e eficientemente.

ente na busca da melhoria da qualidade da Instituição na sua totalidade.

Tendo em vista que o processo de consulta *on line* está correlacionado com o Projeto de Auto-avaliação da instituição que busca, em última instância, desenvolver um processo de auto-conhecimento para o benefício da própria instituição e da comunidade acadêmica, buscou-se evidenciar quais os motivos que justificariam este nível de participação.

Um dos elementos que podemos trabalhar é o próprio processo de sensibilização da comunidade acadêmica. Considerando que a avaliação institucional desenvolvida na IES tem como um dos seus objetivos despertar na comunidade acadêmica a vontade, o desejo de ser co-partícipe de um projeto institucional e de movimentar com o sentimento de pertencimento, seria a sensibilização um dos principais canais para este alcance. De acordo com Leite (2005, p. 116): “A sensibilização é uma fase da Avaliação Participativa que corresponderia ao conjunto de, pelo menos, três pontos do diálogo democrático de Barber (1997): a formulação de interesses dos participantes, a persuasão e o estabelecimento de uma agenda política”.

Neste contexto, buscou-se analisar qual o grau de participação que os diversos segmentos desempenharam no processo de avaliação institucional. Em se considerando que a história da IES quanto à implantação e o desenvolvimento de um processo de avaliação institucional é recente e, verificando-se que no início da década de 2000, a IES somente havia iniciado o estabelecimento de um processo organizado e sistemático de acompanhamento das avaliações externas exigidas pelo Ministério da Educação e do início da implantação de uma avaliação interna, pode-se concluir que, ao longo do desenvolvimento destas avaliações e principalmente, da consulta *on line*, foi apresentado um crescimento relativo.

Como instrumento complementar de busca de informações, durante o desenvolvimento da consulta *on line*, foi aplicado um questionário na perspectiva de levantar quais seriam as dificuldades apresentadas e mais recorrentes trazidas pela comunidade acadêmica de não participação no processo. Conforme os resultados apresentados, pôde-se verificar que os problemas ficaram centrados nas questões de necessidade de haver uma maior divulgação; de proporcionar uma maior praticidade no preenchimento dos formulários; de que ocorra um retorno relacionado ao desenvolvimento do processo avaliativo; da manifestação do desejo de participação no processo na sua totalidade e não somente

numa parte dele e, alguma dificuldade quanto ao formato do formulário.

Em relação a quais os métodos de divulgação que demonstraram ter tido uma maior ressonância junto à comunidade acadêmica, observou-se através de diversos relatos coletados em reuniões institucionais, principalmente pela parte dos docentes, que o mais efetivo costuma ser as participações dos membros do grupo de coordenação da avaliação institucional em salas de aula e em reuniões de colegiados dos cursos.

A partir das informações obtidas durante o desenvolvimento da investigação e buscando conhecer o processo de participação, enfatiza-se a abordagem realizada por Dias Sobrinho (2005), ao analisar o aspecto participação no processo de avaliação institucional. O autor destaca que as posturas e sentidos da participação variam de acordo com o paradigma considerado. Aponta duas concepções norteadoras de análises, uma identificada com um paradigma experimentalista e quantitativo, que concebe a participação dos indivíduos e instituições basicamente como fornecedores de informações, onde os atores não se colocam como sujeitos dos processos, como agentes de mudanças ou responsáveis pelas propostas de melhorias. Outra concepção, apoiada no paradigma heurístico e qualitativo, sustenta que os sujeitos dos processos educacionais são agentes ativos, que participam não só fornecendo informações, mas interferindo ativamente na avaliação, ou seja, se comprometendo solidariamente com as ações requeridas por esse processo.

Nesta perspectiva, de acordo com o paradigma experimentalista e quantitativo, a análise dos resultados relativa ao grau de participação deste processo investigativo, poderia ficar restrita ao número de participantes, reduzindo sua abrangência apenas à dimensão quantitativa. Entretanto, dados obtidos nos questionários dão indicativos qualitativamente significativos e complementares para que se tenha uma leitura mais completa desse aspecto. Assim, no caso dos discentes, mesmo considerando que o número de participantes foi baixo em relação à população em geral, ou seja, levando-se em conta o aumento geral do número de alunos na instituição, cabe destacar que os aspectos indicados por este segmento ao responder sobre pontos fortes e pontos a melhorar, revelam o grau de envolvimento dos mesmos, com os diversos setores e atores da instituição. Os discentes que responderam ao questionário revelaram estar conscientes do momento institucional, cujo crescimento tem trazido melhorias significativas, mas não deixam de

apontar aspectos importantes a melhorar. Da mesma forma professores e funcionários administrativos elencaram importantes aspectos que consideraram positivos na instituição e outros que precisam melhorar, demonstrando senso crítico e comprometimento com o processo de qualificação institucional. É possível perceber que há consonância entre dados colhidos na pesquisa e ações já desencadeadas pela direção do Centro Universitário. Como exemplo podemos citar a preocupação dos professores com a maior participação em projetos de extensão e pesquisa. Tal questão já está sendo contemplada pela própria política institucional de pesquisa e extensão que aprovou projetos importantes, na busca da consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ainda, reforça-se que, em relação ao desenvolvimento de uma avaliação qualitativa, Demo (2002) diz que a falta de participação evidencia que há uma pobreza política nos ambientes em questão afetando a qualidade política da Instituição e evidencia também, que “ [...] o centro da questão qualitativa é o fenômeno participativo.” (2002,p. 12).

Por outro lado, sabe-se igualmente, que a participação política não é, na verdade, uma inclinação natural do homem mas sim, um processo pedagógico em permanente construção (LEITE, 2005). Complementando esta questão, esta mesma autora (2005, p. 85) enfatiza que em relação à participação e o processo de aprendizagem organizacional, “ [...] há uma queixa generalizada da falta de consensos, de cooperação, de colaboração e participação dos docentes e de seus silenciamentos frente às avaliações.”

Neste sentido, na pesquisa em questão, tem-se caracterizado uma espécie de ciclo vicioso onde, no processo de consulta democrático, a participação demonstrou-se pequena em termos quantitativos por um lado mas, consciente do processo de desenvolvimento da IES por outro lado, apresentando um enfraquecimento e conseqüente precarização do processo consultivo.

Um dos aspectos que influencia neste processo avaliativo é o tipo de participação que a comunidade acadêmica está sendo solicitada a realizar. A participação parece estar ocorrendo no final do processo, no momento do preenchimento dos formulários. As demais fases como o envolvimento nas discussões que antecedem a elaboração dos formulários, a sua concepção, a determinação de quais são as finalidades e características do processo de avaliação, a interpretação dos dados obtidos durante o processo e a conseqüente divulgação, parecem que não

estão sendo devidamente valorizadas. Esta sistemática apresentada sugere um encaminhamento de não atendimento aos três elementos considerados essenciais para o processo de sensibilização: o interesse dos participantes demonstrando não estar sendo atendido, em complementação, a comunidade acadêmica não está sendo “persuadida” o suficiente para se envolver no processo e o estabelecimento da agenda de avaliação não parece estar demonstrando um peso político necessário para o seu estabelecimento.

Neste enfoque, Dias Sobrinho (2003), evidencia que as fases de levantamento e organização das informações e dados e as interpretações realizadas constituem a continuidade do processo avaliativo considerado tão importante quanto as etapas que compõem a fase inicial. A participação deve ser mantida também neste momento.

Salienta-se portanto, que o processo de sensibilização é um dos elementos que permite que a comunidade acadêmica conheça o que está sendo feito mesmo que não tenha ocorrido uma participação ampla nas fases iniciais. Seria o início do desenvolvimento de uma democracia participativa. Esta dinâmica atenderia ao que diz Leite (2005, p. 75) quando evidencia que: “As características centrais de uma democracia participativa seriam: a formação de uma comunidade política, a auto-legislação e a participação constante.”

Para finalizar, conclui-se que os processos que são construídos em conjunto com a comunidade costumam apresentar características fortes e acabam por desenvolver uma inter-relação com a própria comunidade fortificando o seu desenvolvimento. As alterações que o processo pode vir a sofrer, as diferenças nas possíveis abordagens utilizadas que, não sistematicamente, coadunam com a proposta em questão, acabam por interferir na sua evolução podendo vir a demonstrar característica de não participação ou mesmo de um silenciamento por parte da comunidade acadêmica conforme manifestado no processo de avaliação em questão.

Concluindo, o processo de avaliação interna desta IES que possui como um dos seus grandes canais de busca de informações com a comunidade acadêmica, o processo de consulta *on line*, está permitindo que, embora esta comunidade acadêmica demonstre uma conscientização da importância do desenvolvimento de um processo avaliativo na Instituição, ao mesmo tempo, revele o seu silenciamento diante da sua realidade.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BURGESS, Robert G. **A pesquisa de terreno**: uma introdução. Oeiras: Certa Editora, 1997.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 7. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional, instrumento da qualidade educativa – a experiência da UNICAMP. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton C. (Orgs). **Avaliação Institucional – Teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. **Avaliação**: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, SP, Ano 8, v. 8, n. 2, p. 31-47, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo I.; ALMEIDA JR., Vicente de Paula (Org.). **Avaliação participativa**: perspectivas e debates. Brasília: INEP, 2005. p. 15 - 38. (Educação Superior em Debate, v. 1)

LEITE, Denise. Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação e compromisso público**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 53-76.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Editora Afiliada, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras**. Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Lei 9.394 de 20 dez. 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 10.861 de 15 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Avaliação do ensino superior:** uma visão geral e uma análise comparativa entre os contextos brasileiro e português. 2000. 547 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2000.

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO IPA. CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Avaliação institucional e as novas tecnologias.** Projeto de Pesquisa. Porto Alegre, 2004.

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO IPA. CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Proposta de auto-avaliação – 2004 - 2006.** Porto Alegre, 2005.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de programas: concepções e práticas.** São Paulo: Editora Gente, 2004.

Endereços dos autores:

Marlis Morosini Polidori

Rua Afonso Taunay, 193/802 - Bairro Boa Vista - Porto Alegre - 90520-540

Denise Grosso da Fonseca

Rua Inhanduí, nº 685, Bairro Cristal - Porto Alegre, RS. CEP- 90 820 170

Sara Fernanda Larrosa

Rua Comendador Rheingantz 282 / 203, CEP 90450-020
Mont'Serrat - Porto Alegre - RS